

QUANDO FALAR É PERIGOSO: A RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS SOBRE A CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER” (1961 – 1964)



Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto¹

Resumo

Este artigo apresenta parte das discussões desenvolvidas durante nossa tese de doutorado, que analisou as relações dialógicas presentes entre os acampamentos da Campanha “De pé no chão, você também pode aprender a ler” e os moradores das comunidades que os receberam. A campanha educacional foi desenvolvida em Natal / RN, entre 1961 e 1964, e terminou em virtude do golpe militar que a considerou subversiva. Seus líderes foram indiciados e presos, o que criou um imaginário de medo. Muitos de seus membros, professoras leigas, diretores e alunos e até moradores das comunidades que receberam os acampamentos passaram anos em silêncio, evitando falar publicamente sobre a iniciativa. Suas memórias foram mantidas, silenciadas, enterradas com possíveis documentos e compartilhadas apenas em pequenos grupos, com a família ou amigos. Ao longo dos anos, essas memórias surgiram e no cenário democrático elas puderam emergir novamente. Neste artigo, nosso objetivo é apresentar o caminho que seguimos para retomar algumas dessas memórias presentes nas narrativas de sujeitos que viveram o cotidiano da Campanha e concordaram em compartilhar conosco, e alguns até o fizeram com outros pesquisadores, as reminiscências e ressignificações daqueles anos distantes. Para isso, foi necessário desenvolver uma escuta atenta, sensível, compreendendo a História Oral na perspectiva de Alessandro Portelli, como “arte de escutar”, como uma via de mão dupla, na qual observamos e somos observados. Também foram desenvolvidos vários procedimentos metodológicos, baseados em diferentes autores, mas, sobretudo, baseados nas considerações de José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda. Outros procedimentos, por sua vez, foram projetados por nós mesmos, ajustando-os às demandas e particularidades de nossa pesquisa, a fim de tornar público o que precisou ser silenciado e permanecer no subsolo por décadas.

Palavras-chave: Memórias; silenciamento; História Oral; Educação; Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

Abstract

This paper presents part of the discussions developed during our doctoral thesis, which analyzed the dialogical relations present between the camps of the Campaign “Standing on the floor, you can also learn to read” and the residents of the communities that received them. The educational campaign was developed in Natal / RN, between 1961 and 1964, and ended due to the military coup that considered it subversive. Its leaders were indicted and imprisoned, which created an imaginary of fear. Many of its members, lay teachers, principals and students and even residents of the communities that received the camps spent years in silence, avoiding to speak publicly about the initiative. Their memories were kept, silenced, buried together with possible documents, and only shared in small groups, with family, or friends. Over the years, these memories emerged, and in the democratic scenario they were able to surface again. In this paper, our goal is to present the path we followed to resume some of these memories present in the narratives of subjects who lived the Campaign's daily life and agreed to share with us, and some had even done it with other researchers, the reminiscences and resignifications of those distant years. For that, it was necessary to develop an attentive, sensitive listening, understanding Oral History in the perspective of Alessandro Portelli, as “art of listening”, as a two-way street, in which we observe and are observed. Several methodological procedures were also developed, based on different authors, but, above all, based on the considerations of José Carlos Sebe Bom Meihy and Fabíola Holanda. Other procedures, in turn, were designed by ourselves, adjusting them to the demands and particularities of our research, in order to make public what needed to be silenced and remained underground for decades.

Keywords: Memories; silencing; Oral History; Education; Campaign “De pé no chão também se aprende a ler”.

¹ Doutora em Educação (PPGED/UFRN). Mestre em História (PPGH/UFRN). Professora do Departamento de Práticas Educacionais, na área de Didática e Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DPEC/UFRN), Campus Natal. E-mail: alinydayany@gmail.com



Introdução

Para nós, muitos são os sentidos de viver, pensar e sentir o cotidiano imerso em um contexto opressor. No decorrer de anos de pesquisas, ouvimos diversos tipos de relatos, desde os que envolviam a busca pelo esquecimento, até aqueles mais fervorosos, que viam no falar uma forma de resistir. Na pesquisa que originou nossa tese de doutorado, buscamos entender as relações dialógicas presentes entre os acampamentos da Campanha educacional intitulada “De pé no chão também se aprende a ler” e a comunidade que a recebeu. Nenhum de nossos entrevistados foi preso, ou indiciado, durante o Regime Militar, mesmo assim, precisaram calar, silenciar, pois tinham vivido, e por vezes trabalhado, em uma iniciativa taxada de subversiva.

A Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” foi uma iniciativa educacional de combate ao analfabetismo, desenvolvida em Natal/RN, durante os anos de 1961 e 1964. O objetivo central era levar educação formal às áreas mais pobres e periféricas da cidade. Seu surgimento estava ligado à própria eleição do prefeito que a promoveu, Djalma Maranhão, pois durante a campanha eleitoral, ele e sua equipe criaram comitês de bairro para discutir os problemas da comunidade. Na ocasião, foram mais de 200 comitês e em todos a pauta considerada mais urgente era a educação.

Tendo em vista tal demanda, o prefeito e seu secretário de educação, Moacyr de Góes, buscaram sanar o problema, mesmo com o baixo orçamento da Prefeitura. Não encontrando solução imediata, o problema foi levado de volta a um dos comitês, situado no bairro das Rocas², e um de seus moradores teria sugerido a construção de barracões de palha, nos moldes das casas de pescadores que eles habitavam³. Aquela solução, um tanto incomum e inusitada, foi posta em prática em um projeto-piloto naquele mesmo bairro. Considerado o sucesso da iniciativa, ela foi expandida por toda a periferia da cidade.

No entanto, em 1964, no contexto do golpe militar e de disputas políticas locais, a Campanha foi considerada subversiva, suas atividades encerradas e seus principais líderes indiciados e presos. Alguns foram soltos após dias, ou meses, e outros, a exemplo do prefeito, foram exilados. Não houve relatos de prisões das professoras leigas, funcionários, ou demais pessoas ligadas à Campanha.

² O bairro das Rocas fica na região da cidade de Natal, em uma área de praia e nos anos 1960 era habitado majoritariamente por pescadores, pequenos comerciantes e artesãos.

³ GERMANO, José Wellington. **Lendo e aprendendo**: a campanha De pé no chão. São Paulo: Cortez, 1982.



Diferente de outras experiências, em que trabalhamos com sujeitos que foram presos, torturados, perderam empregos e oportunidades de estudo, nesta aqueles que foram ouvidos não sofreram perseguição direta, mesmo assim, viveram imersos em um imaginário de medo e silenciamento. Diante disso, nosso objetivo é apresentar o percurso que seguimos para retomar essas memórias e publicizá-las.

Parte dos entrevistados ouvidos compreendia o porquê dos anos de silenciamento, outros não tinham tanta clareza, mas sabiam que nem sempre era conveniente falar sobre aquela campanha educacional. Alguns não entendiam porque isso teria ocorrido, ou o que teria feito com que os acampamentos escolares fossem fechados. Afinal, qual o perigo em alfabetizar populações carentes de bairros periféricos considerando sua cultura? A resposta não era, nem é, simples, clara ou objetiva. O fato é que a Campanha foi desfeita, seus líderes presos, seus acampamentos fechados, destruídos, ou trocados de nomes e suas memórias silenciadas.

E, dentre muitas falas, coletadas por nós, mas também por outros pesquisadores, uma pareceu dar a tônica da construção do imaginário de medo presente anos pós-golpe, foi ela a seguinte: “E diziam: ‘não queira, não use, não fale. Era bom que você não voltasse, que ninguém volte para lá, porque ali tudo é comunista, daqui para frente vão observar’. Aí, foi quando os militares vieram”⁴. Esta fala de uma professora leiga nos sensibilizou para perceber que lidar com a Campanha e com suas memórias também significava perceber seus silenciamentos e abordar muitas memórias subterrâneas⁵.

Para alguns de nossos entrevistados, a retomada foi tranquila e vista como necessária. Para outros, não trazia essa conotação do perigo, porque não conseguiam sequer perceber como isso faria sentido naquela realidade de escolas cobertas de palha. E para outros, ainda, havia a retomada da fala, mas imersa em certo receio acerca do quão prudente seria, ainda nos anos 2000, narrar aqueles acontecimentos, uma vez que por muito tempo aquilo não era permitido, ou era considerado perigoso.

No decorrer deste texto, parte de nossa trajetória de coleta e reconstrução das memórias ligadas à Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” são apresentadas buscando enfatizar não somente a importância das falas para recompor fatos, mas, talvez principalmente, para recompor emoções, sentidos, sensibilidades que emergiram mais de 50 anos após o fechamento dos acampamentos escolares.

⁴ RÓSA, Ivoneide. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

⁵ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.



Enquanto metodologia principal, utilizamos a História Oral temática e a abordamos na perspectiva da escuta atenta, da busca pelos detalhes, do dito e do não-dito, do exposto e do silenciado. Nos ajudaram nessa trajetória diferentes autores oralistas, dentre os quais tiveram destaque: Alessandro Portelli⁶, José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda⁷, Paul Thompson⁸, Lucília Delgado⁹ e muitos outros, que nos permitiram pensar sobre as memórias e sobre como lidar com elas.

Indubitavelmente foram as memórias, retomadas por nós e por outros pesquisadores, como Maria Elizete Guimarães Carvalho¹⁰, a matéria-prima de nossa pesquisa, sem as quais, pouco sentido ela teria. Afinal, como ouvir aqueles que não deixaram registros escritos? Como compreender o cotidiano das crianças nos acampamentos, se pouco, ou nada, havia registrado sobre isso? Como sentir a vivência naquelas escolas e também sua ausência, sem ouvir aqueles que participaram efetivamente de seu funcionamento? Questões assim, motivaram nossa pesquisa, que foi essencialmente pautada na oralidade, nas lembranças, nos silêncios, nas lacunas, nos achados, nos perdidos e nos ressignificados.

Reconstruindo reminiscências: a retomada das memórias da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”

O ato de lembrar, rememorar, não é linear, preciso, ou isento de intenções. A operação da narrativa exige do narrador todo um interesse e dedicação por reconstruir uma época, por vezes, distante há várias décadas e que foi sendo ressignificada ao longo do tempo. Porém, lembrar fatos que precisaram ser silenciados em virtude de regimes opressores é um movimento ainda mais cheio de restrições e que envolve esforço e interesse por parte do entrevistado, para ir aos poucos tornando público o que ficou restrito a pequenos grupos.

Apesar das limitações que permeiam as narrativas sobre a década de 1960, mesmo em se tratando do período anterior ao golpe, elas são indispensáveis para compreendermos melhor aquele momento. Tais limitações, além de se deverem ao fato de essas memórias terem sido caladas, também estão ligadas à idade, às questões de ordem psicológica, e mesmo biológica, ao preconceito diante do comunismo e da

⁶ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

⁷ MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral, como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2017.

⁸ THOMPSON, Paul. **A voz do passado, história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

⁹ DELGADO, Lucília A. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

¹⁰ CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra. In: PINHEIRO; CURY (Org.) **Histórias da educação da Paraíba: rememorar e comemorar**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.



repressão que este gerava. No entanto, ainda que todas as fontes escritas sobre a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” tivessem sido preservadas intactas, se faria necessário voltar às comunidades, pois nenhum daqueles registros escritos, oficiais ou não, poderiam trazer as impressões particulares daqueles que a viveram enquanto alunos, professoras, ou pessoas dos bairros. Nenhum daqueles registros seria capaz de apresentar o olhar que as pessoas têm hoje sobre seu próprio passado. Não seríamos capazes de captar as emoções, impressões, dúvidas, medos, anseios, nem tampouco, a autoanálise que permeia as entrevistas gravadas décadas após o ocorrido. Não nos interessam apenas os fatos, mas também, e sobretudo, como eles são narrados e rememorados.

Voltar às comunidades que tiveram acampamentos e escolinhas da Campanha além de permitir a publicização de uma memória, garante que o sujeito, em um ato político, narre e se autoafirme durante essa narração, tendo clareza de que, “Justificar a própria sobrevivência não é fácil [...] No entanto, para outros a única razão de viver é não permitir que a testemunha morra”¹¹. A narração é, pois, uma experiência com a comunidade, que envolve a tentativa de narrar, muitas vezes, o inenarrável¹².

Nesse sentido, não utilizamos os relatos orais, as narrativas de nossos entrevistados enquanto testemunhos (no sentido estrito desta palavra, que remete a um ato quase jurídico, comprobatório), visto que não são as visões dessas pessoas em 1960, mas o que elas pensam hoje acerca daquele período e o quanto suas próprias vidas interferem no que narram. Por esse motivo, evitamos o termo testemunho e priorizamos a narrativa, o narrador, seguindo as percepções de Bosi, ao afirmar que: “Todas as histórias contadas pelo narrador inscrevem-se dentro da *sua história*, a de seu nascimento, vida e morte”¹³. Assim, nos debruçamos e ansiamos pelas perspectivas, pelas impressões, pelo dito e pelo não dito, pela lembrança e pelo esquecimento, pela verdade e pela construção mítica, pelas polissemias das lembranças e pela multiplicidade de temporalidades, pela ficção e pelas versões.

Os fatos históricos são de suma importância e constantemente cruzamos o que nos disseram os entrevistados, com o que estava registrado em livros de memória, jornais e demais fontes. No entanto, as narrativas possibilitam que seja escrita uma

¹¹ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2014. (Homo Sacer III).

¹² GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: BRECIANI, S; NAXARA, M. (Org.). **Memória e (re)sentimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

¹³ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



história não apenas do acontecido, mas também das memórias, pois, como afirma Portelli: “A história oral, no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores [...]”. Esse campo de produção historiográfica é constituído pela “[...] história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória”¹⁴.

Nossos entrevistados são, então, narradores de suas lembranças. E estas nos permitem aprender com eles sobre múltiplos tempos. Aprendemos sobre os acontecimentos dos anos 1960, mas também sobre o hoje, sobre como percebem a vida que tinham àquela época e o que sentem em relação às suas vidas na contemporaneidade. A partir desse material, podemos compreender melhor os mecanismos da memória, da narrativa, e sua utilização para a construção da História.

Partimos do pressuposto da entrevista seguindo as premissas de Portelli ao considerar que esse momento com o entrevistado é notadamente organizado a partir de relações dialógicas, pois enquanto os observamos, eles também o fazem. Eles nos olham, observam e buscam saber o que queremos ouvir. A entrevista é, segundo Portelli, uma via de mão dupla, “[...] uma troca de olhares”¹⁵, um momento de aprendizado ímpar.

Através da entrevista, visamos alcançar aquelas memórias individuais, mas que estão repletas de impressões, valores e símbolos da coletividade. Por isso, o conceito de memória coletiva, de Halbwachs, é tão relevante, já que para ele:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem¹⁶.

Apesar do caráter coletivo da memória, ela não é a mesma para todos de um grupo, nem se configura enquanto um todo homogêneo. Do contrário, a memória traz as marcas do indivíduo e é uma seleção feita por ele, de modo consciente ou não. Alguns iniciam suas narrativas a partir de suas histórias pessoais, da vinda do interior, da busca por ser reconhecido através da música. Outros partem da própria experiência de ver os acampamentos sendo construídos, de ir às aulas assim que começaram, mas logo

¹⁴ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

¹⁵ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2017.



mesclam a Campanha e seus acontecimentos às suas próprias vidas, à forma como liam e declamavam poemas, à figura materna que trabalhava demais e mesmo assim não conseguia suprir todas as necessidades da família, ou mesmo ao pai que mantinha casos extraconjugais. Não há como retirar-se da narração. O eu, mesmo tratando de questões coletivas, faz-se presente no que é narrado, por isso, adianta e recua no tempo, começa falando do tema e divaga para outras áreas, constrói sua narrativa de modo consciente e voluntário, mas também inconsciente e involuntário. São todas essas multiplicidades da memória e da narrativa que enriquecem o trabalho com tais fontes.

Para Pollak, existem vários tipos de memórias coletivas e um deles seriam as memórias subterrâneas, aquelas que se tenta sufocar por décadas, que vão de encontro à memória coletiva nacional (também chamada memória enquadrada)¹⁷, mas que existem no seio de grupos menores, marginalizados e para os quais o direito à voz é negado¹⁸. Passados períodos repressivos, essas memórias subterrâneas (às vezes compostas por “lembranças traumatizantes”) emergem e passam a fazer contraponto à versão oficial, embora nem todos os que são compulsoriamente calados consigam dizê-las, ou transformá-las em narrativas. Isso se deve à toda dor e sofrimento que elas podem representar, em virtude do medo que as circunda, ou por diversos outros motivos inerentes à mente e à alma humana, como enfatiza Agamben, ao discutir as memórias de sobreviventes dos campos de concentração nazistas. Para ele, nem todos conseguem narrar a dor e a agonia dos campos, pois guardam, muitas vezes, a culpa de ter sobrevivido e se sentem impedidos de narrar o que não viveram, a câmara de gás pela qual não passaram, mas viram tantos serem para lá encaminhados¹⁹.

Em nosso caso, trabalhamos com pessoas que viveram uma experiência educativa em comum. A princípio, observando ligeiramente, tais memórias poderiam ser consideradas coletivas, mas nada teriam de traumatizantes, ou subterrâneas. No entanto, o fato de a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” ter sido considerada um movimento subversivo, fez com que falar sobre ela fosse algo proibido, ou visto como perigoso. Isso foi percebido, por exemplo, quando um de nossos entrevistados questionou, ao final da gravação, se havia algum perigo em falar sobre

¹⁷ Portelli (2016) as nomeia memórias-monumento, pois seriam capazes de expor apenas o que é interessante para manter, ou construir, um sentimento de identidade, de pertencimento. Ver: PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

¹⁸ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

¹⁹ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2014. (Homo Sacer III).



aquilo. Em seguida, o próprio entrevistado frisou que achava que não havia problema, pois sabia que estava em uma democracia, mas, mesmo assim, ele temia. Isso nos demonstra o que é o emudecimento proposital das vozes de uma comunidade, demonstra o quanto esse silêncio pode ser imposto, o que pode levar a um esquecimento proposital.

Esse longo período de silêncio, a descrença com o presente, e a vivência de outras experiências políticas e educacionais, fez com que alguns entrevistados pouco lembrassem daquele contexto da década de 1960, ou mesmo que misturassem diferentes temporalidades e sujeitos, por vezes, confundindo-os. Sendo assim, analisamos as informações coletadas, mas também refletimos sobre os conflitos e tensões presentes entre elas e até mesmo suas construções fantasiosas, que marcaram algumas falas. Isso, de modo algum, descredibiliza a fonte. Pelo contrário, nos instiga à sua análise, pois concordamos com Portelli quando afirma que: “[...] as histórias que não são acuradas factualmente, podem ser lugares de imaginação, desenho e sonho. Eles são tão importantes quanto os fatos puros e simples”²⁰. Nesses espaços conflituosos e mesmo de confusão, há a possibilidade de perceber o não dito, o que se busca esconder, ou o que simplesmente não se compreende bem.

Por vezes, notamos que nossos entrevistados desejavam falar e entender o que queríamos e, julgando não ter alcançado isso, eram comuns falas do tipo: “Não sei se cheguei onde você queria”, ou: “Desculpe, é tudo que eu lembro”. E isso ocorria mesmo que nós não tivéssemos dito o que buscávamos que eles falassem. A pesquisa era explicada, o tema a que se referia também, mas o que eles fariam não era algo direcionado por nós. Tais impressões sobre a preocupação em falar o que se esperava, se constituíram para nós em pistas importantes para compreender suas memórias, tanto quanto os dados que eles nos trouxeram. Pois nosso olhar está voltado aos fatos, mas também às interpretações lançadas sobre eles, já que:

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor²¹.

Cabe aqui destacar que, silenciar, nem sempre, é o mesmo que esquecer. Para Paul Ricoeur, a memória depende do esquecimento. Não se pode lembrar tudo, nem narrar tudo. Nesse sentido, a memória e sua narrativa são, primordialmente, seleção de

²⁰ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

²¹ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



fatos que se tem o interesse em expor. Evidente que esses fatos podem ser intencionalmente omitidos ou alterados, sobretudo quando se refere à memória de um povo, ou nação. Nessa ocasião, teríamos uma memória manipulada, com o objetivo claro de formar um ponto de vista geral, único e indiscutível, interferindo mesmo na memória coletiva de um povo.

Mas, mesmo do ponto de vista individual, o esquecimento compõe a memória, pois, segundo Ricoeur, “Narrar um drama é esquecer outro”²². Embora o esquecimento pareça pouco relevante em uma visão superficial, ele não pode ser subestimado, visto que aquilo que nosso entrevistado não lembra e sua preocupação em não esquecer já sinalizam para como ele olha o passado, e como ele reconstrói o vivido. Ou ainda, o entrevistado pode não mais se identificar com o seu eu do passado, ou com algumas ações e atitudes tomadas em outras épocas, daí porque não as enfatiza. Lembrar e esquecer fazem parte da memória e, a depender de cada momento da vida do indivíduo, um fato pode ser enfatizado e outro reduzido. O que se lembra hoje pode não ter a mesma ênfase passados dez ou vinte anos. Um exemplo disso foi uma entrevista que realizamos em 2017 e que já havia sido concedida à outra pesquisadora (Maria Elizete G. Carvalho) em 2000. Na entrevista que gravamos, a entrevistada rememora os mesmos fatos narrados em 2000, no entanto, a ênfase que deu a alguns acontecimentos foi bem maior na primeira entrevista que na segunda, como a proibição de trabalhar à noite. Em contrapartida, em 2017, a entrevistada se referiu de modo muito mais frequente ao quanto se orgulhava de ser professora, talvez em uma tentativa de se autoafirmar cada vez mais, sobretudo agora que estava aposentada de suas funções laborais em todos os seus vínculos. Outros fatos não foram detalhados, como a participação política de seu pai e as ressalvas que este lhe fez quando do golpe militar em 1964.

O cruzamento das referidas narrativas nos fez perceber as modificações pelas quais a memória passou. Os fatos narrados podem até ser os mesmos, mas a forma como foram ditos, ou não ditos, se alterou com o tempo e com as próprias mudanças que o sujeito viveu. Nas entrevistas de História Oral, o ontem, o hoje e as expectativas do amanhã dialogam a todo momento e constroem narrativas específicas, datadas.

Cada narrativa traz as marcas da coletividade e as singularidades do indivíduo. Por isso mesmo, a ligação, o encontro, a conversa informal e o relato gravado são

²² RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.



únicos e irrepetíveis. Cada sujeito aborda a mesma época a partir de símbolos comuns, mas com perspectivas distintas. Cada um apresenta desenvoltura própria, reage de modo distinto às mesmas perguntas, elabora o discurso de modo particular e tenta levar a entrevista para a zona em que sente mais confortável. Isso demonstra que as memórias podem ser construídas, reconstruídas ou mesmo desfeitas ao longo do tempo. Nossa tentativa é sempre de interferir minimamente nesses momentos, mas não há como entrar nas casas e na vida dessas pessoas sem causar qualquer interferência. Isso não invalida nossas fontes, mas é preciso estar explícito que há nossa interferência nessa construção. É por isso que, para Portelli, entrevista é *cocriada*, no sentido de que o protagonismo é do entrevistado, mas ele não está sozinho naquele momento. Ele está mediado pela câmera, pelo roteiro e pelo entrevistador.

Daí porque a prática da coleta de entrevistas foi de suma importância. Também utilizamos materiais produzidos por outros pesquisadores, como, por exemplo, as entrevistas coletadas por Maria Elizete Guimarães Carvalho em sua tese sobre as memórias da Campanha, ou as de Moacyr de Góes concedidas à *Revista Educação em Questão* e ao Centro de Direitos Humanos do RN (DH-net), ou ainda as que foram gravadas e disponibilizadas pelo Núcleo de História e Memória da EJA (NUHMEJA), ou que se encontram guardadas em seu acervo. Mas a experiência da coleta, o contato com o entrevistado e essa colaboração é o ponto alto do trabalho na busca pela compreensão das memórias que permeiam as narrativas sobre a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

Refazendo a trajetória de coleta das entrevistas

Para construirmos nossa pesquisa partimos das narrativas de seis sujeitos, duas professoras leigas da Campanha, três ex-alunos/as e um morador e cantor do bairro das Rocas, todos residentes em Natal/RN, ou em sua região metropolitana. Cabe salientar, que todos os envolvidos na pesquisa assinaram cartas de autorização e permitiram ser identificados, bem como ter suas falas transcritas e publicadas.

As entrevistas coletadas por nós abrangeram dois bairros, Rocas e Quintas. O primeiro devido à importância e pioneirismo que teve para a Campanha, já que a ideia dos acampamentos surgiu ali, bem como as primeiras experiências. O segundo, criado no ano seguinte, possuía além do acampamento, outros serviços da Prefeitura que poderiam estar vinculados às ações do acampamento, tais como: a biblioteca de bairro e a praça de esportes. Além disso, ambos espaços foram substituídos, após o



encerramento da Campanha, por escolas municipais que estão em funcionamento ainda em nossos dias e podem se constituir enquanto lugares de memória, sendo ainda lembradas por pessoas mais idosas, como escolas “de pé no chão”²³.

Iniciamos nossa coleta de dados a partir de contatos no bairro das Quintas (região Oeste da cidade de Natal/RN, considerada periférica), local onde esta autora nasceu e se criou, por isso mesmo, sendo mais fácil localizar os potenciais entrevistados que começaram a partir de membros da própria família, como foi o caso de D. Edilza de Medeiros da Silveira (chamada pela autora de tia Neném) e de seu esposo José Eduardo da Silveira (conhecido como Dedé)²⁴. Eles dois falaram informalmente sobre a campanha antes de marcarmos a gravação. A princípio, apenas Dedé decidiu falar, depois Tia Neném também aceitou gravar. A aproximação com os entrevistados não nos pareceu ter interferido diretamente no resultado das entrevistas, mas a formalidade do momento, talvez sim. Sem a câmera, a conversa com eles fluiu mais rápida e informalmente que durante a entrevista mediada pelo roteiro e pelos equipamentos.

Tendo em vista o tempo decorrido entre a gravação e a análise das entrevistas, fizemos uso sempre de um caderno de campo, que permitiu nos reaproximarmos das sensações sentidas no dia do relato, visto que apenas o texto não é suficiente para compreender tudo o que permeia uma entrevista. Também optamos por rever trechos das entrevistas, a fim de reativar as nossas próprias memórias e alcançar, ou se aproximar, daquela experiência dialógica, além de termos realizados todos os registros em audiovisual.

A entrevista de Dedé foi a primeira, gravada ainda em 2017, logo no início da pesquisa. Destacamos isso, porque à medida que as entrevistas vão ocorrendo, nós também vamos nos aprimorando e aprendendo a ouvir. Nesse sentido, as primeiras entrevistas ainda têm bastante interferência nossa, talvez também pela ansiedade de obter o máximo de informações possível. Nas últimas entrevistas, já estamos mais confortáveis e acreditamos que isso deixou os sujeitos mais à vontade.

Dedé tem 68 anos, cortador de granito aposentado, natural de Lagoa de Pedras/RN, vive no bairro das Quintas há mais de cinquenta anos e foi aluno da

²³ NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo/SP, n. 10, dez. 1993.

²⁴ Os entrevistados serão remetidos pelos nomes que costumam ser chamados e neles se reconhecem. Por isso, iremos nos referir sempre à Tia Neném e Dedé, usando seus sobrenomes apenas nas citações e nas referências.



Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” no acampamento daquele bairro. Ele inicia sua narrativa do seguinte modo:

Eu me lembro que eu tinha uns doze anos quando cheguei do interior. Na época o governo já era Aluízio Alves. Era 1962. Ele ganhou em 1960, assumiu em 61. E a gente chegou aqui de 61 para 62. Eu já tinha estudado em escolas particulares, só para estudar a cartilha. Eu ainda era um pouco atrasado, então, minha mãe me botou para estudar em escolinhas assim, tipo aquelas escolas de reforço. Depois, apareceu essas escolas desse prefeito, o prefeito Djalma Maranhão. Então, ela fez minha matrícula lá e eu comecei a estudar.

Em sua entrevista, sentimos que a câmera filmadora provocou um distanciamento inicial, mas, passados uns cinco minutos, o entrevistado já estava bem à vontade e falando mais livremente. Notamos ainda, certa preocupação em prestar informações corretas, sem equívocos, mas tentamos deixá-lo livre para falar sem grandes preocupações.

O relato de Dedé nos permitiu perceber as condições de pobreza a que estavam submetidas as populações de regiões periféricas, como o bairro das Quintas, na década de 1960. Sua fala mostra que nem todos viam as ações da Campanha da mesma forma, mas ele enfatiza sua aceitação entre os mais pobres (salvo algumas exceções), que viam ali uma oportunidade de aprender os rudimentos da leitura e escrita, sem as exigências de fardamento, calçados, ou merenda levada de casa. Vimos também o quanto essa população está desabituada a ser ouvida, talvez por isso, o receio em falar algo “errado”, já que suas vozes costumam não ser consideradas.

Ao término da gravação, falamos por mais um bom tempo. Discutimos questões do presente, da política local contemporânea e na década de 1960. Ambos narramos histórias do passado e do presente, observamos as marcas dos diferentes regimes políticos sobre as vidas das pessoas, sobretudo, dos regimes de exceção, como foi o último Regime Militar que este país vivenciou.

Ao sair de lá, fomos à casa de Dona Ivoneide Rósa, que a partir de agora será referida como Neide Rósa²⁵. Dias antes, passamos por lá, mas ela havia saído para tratamento médico e não pôde nos atender. À época do nosso encontro, D. Neide passava por um tratamento quimioterápico, mas vinha se recuperando bem e desde o primeiro contato se dispôs a nos narrar suas memórias. Apesar de ela morar na mesma rua que esta autora viveu por muitos anos, não nos conhecíamos. Tivemos contato com

²⁵ Usaremos o nome Neide, ao invés de Ivoneide, a pedido da própria entrevistada, que é reconhecida pela comunidade apenas como professora Neide Rósa.



seus relatos em uma entrevista coletada por Maria Elizete Guimarães Carvalho (2000) e, de pronto, sentimos a necessidade de encontrá-la, tirar dúvidas e poder fazer novas questões. Tentamos localizar seu contato na Escola Municipal Ferreira Itajubá²⁶, mas não obtivemos sucesso. Então, buscamos o contato de D. Neide Rósa em um site de busca na internet e localizamos que em uma lista telefônica antiga havia seu número de telefone fixo. Tentamos contato através daquele número e, para nossa surpresa, ela ainda o possuía. Por telefone mesmo, explicamos quem éramos e o que queríamos com aquele contato. Então, marcamos um encontro, que não foi viável devido ao motivo já relatado acima.

Dias depois, saindo da casa de Dedé (que fica há duas ruas), passamos por lá e ela estava em casa. Nos atendeu muito contente, deixamos nosso contato, mas ela já quis logo gravar a entrevista, como estávamos com todo material e roteiro prontos, decidimos gravar.

Dona Neide Rósa tem 70 anos, é professora aposentada e contadora de histórias, vive no bairro das Quintas e começou a trabalhar na Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” bem cedo, talvez sendo uma das mais jovens. Iniciou suas atividades como professora com apenas 12 anos de idade e nela permaneceu até a aposentadoria. Trabalhou em vários lugares, devido possuir mais de um vínculo empregatício, mas esteve na mesma escola municipal durante toda a vida, começando como Acampamento de Pé no chão e indo até Escola Municipal Ferreira Itajubá. Ela inicia sua narrativa assim:

A primeira coisa que eu lembro ao falar em “De pé no chão” é de alfabetizar as crianças, vê-las tendo uma ocupação e não vivendo na rua, porque elas eram alfabetizadas em um horário e no outro eles tinham uma atividade profissional.

A entrevista com D. Neide Rósa fluiu tranquilamente desde o primeiro minuto. O fato dela ser contadora de histórias para crianças e professora de língua portuguesa certamente foi crucial para definir o tom de sua narrativa. Nossa entrevistada sentia-se confortável com a ocasião, respondia a tudo que era perguntado, acrescentava novos fatos, mesclava temporalidades e nos prendia a atenção por completo. Naquela ocasião, interferimos menos, pois a entrevistada tecia sua narrativa de forma muito tranquila e serena. Sua voz firme passou por muitos tempos. Narrou acontecimentos da escola e de sua própria vida, ressaltou sua experiência no mesmo espaço após o fim da Campanha,

²⁶ Local onde ela trabalhou durante toda a vida, desde a época da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, quando ainda era um acampamento.



já que o acampamento deu lugar à Escola Municipal Ferreira Itajubá. Ficava clara ali uma memória voluntária. A narradora tinha consciência de seu objetivo ao nos conceder a entrevista e parecia já ter seu próprio roteiro, não sendo necessárias muitas intervenções.

D. Neide Rósa falou de seu amor pela docência e de como é impossível separar a história daquela escola, da história de sua própria vida. Ela demonstrou que a docência deu significado à sua existência como um todo. Daí porque hoje, mesmo aposentada, conta histórias em projetos e em instituições públicas, ou mesmo religiosas, porque para ela o narrar e o ensinar dão sentido à vida.

Semanas após essa experiência, ficamos buscando contatos no bairro das Rocas de possíveis participantes da Campanha, ou mesmo de pessoas que viviam nas proximidades. Falamos com alguns colegas que viveram no bairro, já que pouco conhecíamos da região, mas, inicialmente, não obtivemos sucesso. No entanto, em uma manhã, lendo sobre a Campanha, lembramos que uma vez uma aluna nos falara, durante uma aula da disciplina de História da Educação, que morava nas Rocas e lá vivia uma senhora que precisava ainda ser ouvida, pois lembrava de tudo sobre a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” naquele bairro. Fomos tomados por grande entusiasmo e buscamos falar com a aluna. Sem dispor mais de seu telefone, procuramos encontrá-la via redes sociais. Não conseguindo, falamos com seus colegas de turma e assim localizamos seu número de telefone. Imediatamente, fizemos contato com a aluna, Ana Karla²⁷, que se mostrou solícita e disse que iria mediar nosso encontro com aquela professora da Campanha.

Após algumas ligações, agendamos a data do encontro e Ana Karla nos levou à casa de D. Nair Almeida de Oliveira, nos apresentou à ela e às suas filhas e assim pudemos iniciar a conversa. D. Nair tem 82 anos, é professora aposentada do município de Natal e reside desde a década de 1950 no bairro das Rocas. Ela se apresentou para nós do seguinte modo: “Meu nome é Nair Almeida de Oliveira. Minha data de nascimento também? Faço questão não. 19 de outubro de 1935. Sou de Ceará-Mirim. Sou professora. Bibliotecária e professora”.

As filhas de D. Nair relataram como aquele nosso contato mexeu com ela, que teria passado a semana inteira lendo sobre a Campanha, revirando antigos livros, revistas e fazendo anotações. Passados alguns minutos, e com consentimento de todas,

²⁷ Ana Karla foi nossa aluna durante o ano de 2014. Hoje, é pedagoga e continua residindo e trabalhando no bairro das Rocas.



começamos as gravações. Durante todo o momento, D. Nair ficou acompanhada de uma, ou ambas, de suas filhas, que também interagiram, lembraram coisas, ou fizeram alguma pergunta. Percebemos aí presente os chamados acontecimentos vividos por tabela, pois as filhas não viveram a Campanha, mas a relembram a partir daquilo que a mãe lhes narrou no decorrer da vida e aquelas memórias são também suas, mesmo elas não tendo nem nascido no início dos anos 1960. Segundo Pollak, isso pode ocorrer não somente dentro de relações familiares, mas até mesmo de modo mais amplo, em uma comunidade, por exemplo, e por muitos séculos, conforme elucida a seguir: “[...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”²⁸.

Nos chamou atenção o cuidado que D. Nair teve em fazer longas anotações em folhas de papel pautado. Para não se perder, ela numerou todas as páginas e em certo momento da entrevista as leu, a fim de não deixar escapar qualquer informação. Aquele momento era muito valioso para todas nós envolvidas. A professora cuidava para que não deixássemos nada passar, anotássemos e estivéssemos atentas a tudo que ela dizia. Dona Nair reafirmava quem ela era, a professora, durante aquela experiência narrativa. E fazia questão de narrar o máximo possível, tinha urgência em lançar fora o pó que restava sobre suas reminiscências e publicizar o que ficara guardado por décadas e que nos últimos anos vem sendo objeto de interesse recorrente. Víamos emergir a cada minuto novas memórias subterrâneas, que iam sendo retomadas e reconstruídas uma após a outra, cada vez mais facilmente.

O ambiente em que gravamos a entrevista foi a sala de estar da casa de D. Nair. Devido à reduzida largura do cômodo, não conseguimos posicionar o tripé com a câmera de frente para a entrevistada. Apesar disso, foi possível captar toda emoção que envolveu aquele relato de quase uma hora. A todo momento, D. Nair ia e voltava no tempo, de modo que parte do relato e a sequência dos acontecimentos só foram compreendidos integralmente quando assistimos à entrevista novamente. Na fala dela, a vida privada se mesclava à vida pública, formando um mosaico composto por muitas pequenas partes, mas que vistas todas juntas nos permitem compreender melhor os anos 1960, a vida no bairro das Rocas e o cotidiano e a cultura escolar da Campanha “De pé

²⁸ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, N. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2017.



no chão também se aprender a ler”. Cotidiano esse não restrito apenas aos acampamentos, pois D. Nair atuou também como professorinha (professora leiga) de uma escolinha vinculada à Campanha. Ela também foi bibliotecária e trabalhou na primeira biblioteca popular da Campanha, intitulada Biblioteca Monteiro Lobato.

Não imaginávamos que aquele momento fosse tão rico de relatos, fatos, informações e sentimentos. Se inicialmente D. Nair parecia um tanto resguardada, em pouco tempo ela passou a se sentir bastante à vontade, rindo o tempo todo, permeando sua fala por intensa alegria. Após a gravação, ainda permanecemos ali por um longo tempo. D. Nair nos mostrou cada uma de suas relíquias²⁹. Eram livros, revistas, matérias sobre a Campanha ou sobre Djalma Maranhão, além de fotos que ela recebeu de um projeto da UFRN organizado pelo NUHMEJA, em comemoração aos 50 anos da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Suas filhas nos mostraram imagens do desfile da escola de samba Balanço do Morro, das Rocas (da qual elas fazem parte), organizado em 2015, que homenageava Djalma Maranhão e a Campanha “De pé no chão”, com o samba enredo: “Vou sambar de pé no chão, no centenário de Djalma Maranhão”.

Ambas as filhas demonstraram apego pelas memórias da mãe e revelaram o anseio de que suas palavras fossem publicadas na íntegra, o que foi feito em nossa tese. Todas as entrevistas estão disponíveis no volume 2 do texto final, sendo possível acessá-lo através do repositório da UFRN. As filhas de D. Nair também nos concederam as imagens do desfile, que são material importante para compreender a construção de uma memória coletiva no bairro das Rocas, a partir das representações que seus moradores fazem acerca da Campanha.

Com a câmera desligada, pudemos tecer longas conversas e sentimos o acolhimento daquela família, parecíamos nos conhecer há muito tempo. Isso se repetiu nos dois outros encontros que realizamos com D. Nair, para que ela recebesse os registros audiovisuais e escritos e pudesse autorizar a publicação de sua entrevista, bem como a identificação de seu nome. Este procedimento se repetiu também com os demais entrevistados.

No dia seguinte, retornamos à casa de tia Neném (Edilza Medeiros da Silveira), quase um mês após a entrevista com Dedé. Após nosso segundo contato, na ocasião da entrega do material e da carta de autorização de seu esposo, ela aceitou marcarmos uma

²⁹ Utilizando o conceito de relíquias abordado por Delgado e considerando esses materiais enquanto objetos que auxiliam o entrevistado a rememorar.



entrevista, embora afirmando não saber muito sobre o período, pois era muito pequena à época. Anteriormente, já tínhamos conversado com ela sobre o acampamento e ela nos narrou bastante sobre as brincadeiras, cantigas de roda e o cotidiano da vida no acampamento. Tia Neném tem 66 anos, é dona de casa, reside no bairro das Quintas desde criança e foi aluna do Acampamento naquele bairro.

Chegado o dia e horário da entrevista, nos encontramos e ela se surpreendeu quando comecei a montar o material. Perguntei se havia algum problema em gravar sua imagem, e se preferisse podíamos nos restringir ao áudio, mas ela manteve a gravação audiovisual, pedindo apenas um pouco de tempo para se preparar. Notamos ali, algo que está presente na maioria das entrevistas, a preocupação em como nossa imagem fica registrada para a posteridade, como aparecemos em público e o peso que isso tem sobre nossas entrevistas.

Logo após, iniciamos nosso diálogo, que não fora o mesmo de outro dia. A câmera, e talvez a formalidade que, implicitamente, o momento trazia, não a deixou tão confortável. Mesmo assim, ela nos trouxe suas memórias, organizou sua narrativa e sempre esteve preocupada em lembrar pouco daquela época. Tia Neném e sua fala nos impulsionaram a pensar sobre o esquecimento e sua importância para a memória. É impossível lembrar tudo, segundo Ricoeur. E, mais ainda, nossa narrativa é seletiva. Falamos sobre o que julgamos importante. Mas que importância teriam as memórias de uma menina sobre uma época em que as crianças mal podiam falar? Pensamos que este pode ter sido um de seus questionamentos. Tia Neném é uma mulher com características fortes, não se envergonha de falar em público, mas foi educada de forma rígida, em um ambiente onde as crianças tinham pouca liberdade, sobretudo as meninas.

Mas nossa entrevista seguiu seu curso e nela pudemos ratificar algumas visões, refutar outras e pensar cada vez mais sobre o lembrar e o esquecer. Seu relato começa assim:

Eu me lembro das brincadeiras de lá, gostava também de estudar. E a gente ficava assim muito feliz quando recebia os livros, o caderno, lápis com borracha... e as brincadeiras... eu gostava muito. Acho que tinha um livro. E também tinha caderno, a borracha, que eles davam. A gente recebia. Ela [a professora] escrevia no quadro, aí a gente tirava. Eu me lembro disso, que a gente tirava do quadro.

Embora curta, com apenas 11 minutos de duração, a narrativa de tia Neném foi importante para este trabalho. Ela ressaltou alguns aspectos da cultura escolar da Campanha, como as práticas recreativas e o hábito de receber materiais escolares



regularmente. E ao desligar a câmera, muitas outras memórias surgiram, agora de modo mais livre.

Passados alguns meses, estivemos em um evento da Comissão da Verdade do Rio Grande do Norte, organizado pelo Centro de Direitos Humanos, liderado pelo Sr. Roberto Monte. Na ocasião, houve muitas falas e relatos importantes sobre a década de 1960 e pudemos rever um senhor já conhecido nosso de outros momentos, mas que não víamos há anos, Sr. Fernandes Towar. Naquele dia, Sr. Towar foi se apresentar ao público que assistia o evento e foi retratado como intérprete de várias canções da campanha eleitoral de Djalma Maranhão em 1960 e da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Ele cantou muitas composições e emocionou o público presente. De imediato, nos veio a ideia de uma entrevista com ele, que é residente do bairro das Rocas desde a infância. Terminada a apresentação, conversamos e ele se dispôs a gravar até mesmo naquele momento (algo que não seria possível, pois não estávamos com quaisquer materiais da pesquisa). Tendo pego seu contato, agendamos um encontro em sua residência para gravar a entrevista.

Após procurar a localização da casa do Sr. Towar e perguntar a vizinhos pelo endereço certo, chegamos à hora marcada. Sr. Towar tem 70 anos, é cantor e residente do bairro das Rocas há muitas décadas. Ele acompanhou a campanha eleitoral de Djalma Maranhão e de sua casa era possível enxergar, no passado, as estruturas do primeiro acampamento escolare. Ao chegar em sua residência, ele nos apresentou à casa que tinha sido de sua mãe e seus santos, dispostos em um antigo altar. Segundo ele, tudo deixado exatamente igual a quando ela faleceu. Era uma casa simples e que parecia estar congelada no tempo. Em seguida, fomos à sua casa, no final do terreno. Ao informar que ia montar a câmera, ele pediu um tempo para organizar sua aparência e também o local da gravação.

Mais que em qualquer entrevista, foi possível perceber a construção do cenário e da performance, discutidos por Portelli. Certamente, o fato de Sr. Towar ser cantor desde a juventude, o faz ter outro olhar, mais atencioso, sobre a aparência e a disposição dos espaços. Antes de começarmos a gravar, ele trouxe à sala fantasias de carnaval usadas por sua falecida mãe, um livro de memórias e uma caixa cheia de documentos pessoais e fotografias. Mostrou cada objeto cuidadosamente, fazendo questão de ressaltar as carteiras de trabalho assinadas junto a grupos midiáticos, durante as décadas de 1960 e 1970.



Em seguida, fui montando os equipamentos e Sr. Towar passou a organizar o sofá onde ele seria filmado. Dispôs sobre ele as roupas, sentou no canto esquerdo do sofá³⁰, colocou o livro de memórias no outro canto e pediu que eu olhasse na câmera e conferisse se daquela forma estava bom. Na construção de sua performance, Sr. Towar também cuidou em trocar a camisa azul claro por outra vermelha e preta, acrescentou uma corrente e um relógio. Após tal preparação, ele disse estar pronto para começar. Iniciava ali a gravação e a perpetuação de uma narrativa intencional, planejada pensando em como seria vista pela posteridade. O artista podia ser visto agora, com cores marcantes, dentro do enquadramento e com cenário montado. Era uma memória voluntária e construída diretamente para aquele momento. Uma memória intencionalmente construída pelo narrador. O entrevistado tinha interesse em transmitir uma imagem para a posteridade. E começou se apresentando e justificando seu nome:

Meu nome é Luiz Gonzaga Fernandes de Souza Filho. Não tem nada a ver com Towar, este é nome artístico. Eu tive vários nomes artísticos, onde chegava eu mudava. Towar foi porque tinha um artista do canal 6, no Palácio do rádio do Recife. Quando eu fui lá, eu era menino, e tinha uma apresentadora, cantora, “bola 7” ela, era Carmen Towar. Aí, como eles achavam que esse nome Luiz Gonzaga não era bom, porque eles mudavam mesmo o nome da pessoa, decidiram mudar esse nome.

Desde o início da entrevista, Sr. Towar ficou muito à vontade, relatou sua vida e sua participação cantando canções durante a Campanha eleitoral de Djalma Maranhão, além de suas impressões sobre aquele período, enquanto morador das Rocas. Em determinado momento, ele sinalizou que ia falar algo, mas diante da câmera era complicado, sugerimos desligar e assim o fizemos. Feito o relato (quase em tom confessional), retornamos à gravação autorizada. Houve mais uma pausa, pois uma parente sua o chamou ao portão, mas depois seguimos até o final, com cerca de 1h de entrevista. Durante esse trajeto, Sr. Towar cantou várias canções, levantou-se, dançou. Naquele momento foi preciso erguer rapidamente a câmera. Não estávamos preparados para tal performance. Se houvesse outra pessoa nos auxiliando e outra câmera, teríamos registros ainda melhores. Isso nos serviu de aprendizado e nos fez perceber a importância de garantir um bom material e equipe de suporte para gravar as entrevistas em história oral. Mas não sendo isto possível naquela ocasião, precisamos improvisar, a fim de não perder o momento.

³⁰ Aparentemente seguindo a regra dos 3/3, ele ocupou aproximadamente a interseção dos pontos imaginários correspondentes ao primeiro terço da imagem, o que permite um bom enquadramento.



Ao final da entrevista, Sr. Towar pediu para encerrar cantando o clássico *Adeste Fidelis*³¹, o que tornou ainda mais belo o encontro e serviu como um *grand finale*, o qual ele encerra apenas agradecendo e com ares de reverência. Foi um encontro tomado por muita emoção.

No dia anterior ao encontro com Towar, tínhamos ido ouvir uma outra conhecida nossa, D. Luzimar. Ex-aluna do Acampamento das Quintas, mãe de uma amiga nossa, prestou serviços em nossa residência como diarista há alguns anos. Moradora do bairro das Quintas durante longo tempo (e tendo a mãe ainda residindo naquele bairro), D. Luzimar sempre nos narrava suas memórias sobre o bairro, o prefeito Djalma Maranhão e sua escola, o Acampamento das Quintas. Lembrando de tais relatos, entramos em contato com ela para saber se nos permitiria gravar um pouco daquilo que ela sempre rememorava. Ela aceitou e nos recebeu.

D. Luzimar da Silva Alves tem 63 anos, é cuidadora, reside em Parnamirim (região metropolitana de Natal-RN), mas nasceu e se criou no bairro das Quintas, onde vive parte de sua família. Ela se apresentou do seguinte modo:

Meu nome é Luzimar da Silva Alves. Nasci em 24 de junho de 54, em Natal e meu curso é cuidadora de idosos. Na época da Campanha morava no mesmo lugar, lá nas Quintas. Hoje em dia moro em Rosa dos Ventos.

Devido nos conhecermos previamente e compartilhar grande carinho, nosso encontro foi bastante aguardado. Após dois anos sem nos vermos, aquela tarde foi uma celebração. Em nenhum momento D. Luzimar demonstrou estar intimidada pela câmera ou pela minha presença. Em alguns trechos da entrevista, ela segue falando por quase meia hora sem que seja feita qualquer interrupção ou questionamento. Paramos por duas vezes devido à chegada de pessoa da sua família. Partes da entrevista foram entrecortadas por esses momentos em que ela fala com outra pessoa e relata assuntos pessoais. Tais partes foram retiradas do vídeo a ser disponibilizado para arquivamento, a fim de preservar assuntos familiares e diálogos que não estavam diretamente relacionados à pesquisa e a exporiam em demasia, explicamos que faríamos isso e ela concordou.

Continuamos conversando por mais de uma hora. Durante esse tempo, ela nos trouxe muitas informações, narrativas cotidianas, impressões do presente sobre outras

³¹ Canção em latim, de autor desconhecido, muito entoada por corais, sobretudo em igrejas e durante os festejos natalinos. Novamente, o artista demonstra a preocupação em como seria lembrado pela posteridade. De um lado o livro de memórias, ao lado um homem que cantava em latim, ou seja, alguém, que apesar das poucas posses, também possuía a cultura erudita.



épocas, angústias, sofrimentos e, sobretudo, nostalgia. Sua narrativa foi permeada por dores, alegrias, mas também aromas e sabores. O gosto pela culinária e a fome sentida durante a infância estavam presentes ali, principalmente quando ela descrevia o cotidiano do acampamento a partir dos cheiros que vinham da cozinha que ficava próxima ao galpão aberto onde estudava. Ela nos descrevia o aroma do alho assando, da soja sendo temperada, do coentro do refogado, de tudo aquilo que ela, não raro, só tinha acesso na escola. Foi uma memória afetiva e olfativa também. E isso nos marcou tanto que ao recordamos daquele dia esses cheiros são novamente ativados em nosso pensar.

D. Luzimar também mesclava acontecimentos e sujeitos, por vezes de temporalidades distintas, e os colocava juntos, do mesmo lado, atendendo assim às expectativas que ela tinha sobre essas pessoas. Um exemplo da mescla de acontecimentos pode ser visto quando ela aborda a prisão de Djalma Maranhão e diz que Aluizio Alves (então governador do Rio Grande do Norte) também fora preso na ocasião. D. Luzimar narrou repetidas vezes sua admiração por aqueles dois homens que saíram em campanha juntos em 1960. No entanto, eles haviam rompido desde 1962, e em 1964 Aluizio Alves foi um dos apoiadores do golpe militar, só vindo a ser cassado anos à frente. Essa mistura de tempos e sujeitos não descredibiliza sua narrativa, do contrário, nos faz compreender melhor a construção de um imaginário messiânico, construído por uma população que vivia sempre à margem e à espera de uma redenção. O cuidado que tivemos foi o de cruzar as informações, assim como nos demais relatos, e ressaltar algumas que não puderam ser confirmadas ou refutadas.

Essa mistura e mesmo troca de nomes é comum aos relatos orais, principalmente, quando nos remetemos às memórias que precisaram ser silenciadas por muitas décadas, que estiveram submersas sob o peso de regimes de exceção. Situação similar foi apresentada pela pesquisadora Maria Elizete Guimarães Carvalho, ao trabalhar com as memórias das 40h de Angicos³². Segundo a autora, aqueles ex-alunos confundiam Paulo Freire com João Goulart e mesclavam as impressões de hoje com lembranças de 1963. Apesar disso, ela utilizou tais memórias e as analisou à luz dessa realidade de décadas de silenciamento, quando falar era perigoso, à semelhança do que identificamos aqui.

³² CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra. In: PINHEIRO; CURY (Org.) **Histórias da educação da Paraíba: rememorar e comemorar**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.



Concluída a narrativa de D. Luzimar, a câmera foi desligada e a mesa servida. Sob o aroma do café quente e da tapioca fininha, muitas outras memórias foram surgindo e a conversa seguiu longa.

Considerações Finais

Concluída a pesquisa, percebemos a necessidade de promovermos uma escuta atenta, sensível, pensada enquanto via de mão dupla, que permite ouvir e ser ouvido, observar e ser observado. A partir do desenvolvimento dessa perspectiva de História Oral, é possível romper com silenciamentos, amplificar vozes, expandir espaços e sentidos.

A produção de entrevistas e sua divulgação favorece e impulsiona a construção de acervos com fontes audiovisuais e viabiliza o desenvolvimento de outras pesquisas. Além disso, escritas em diferentes formatos podem surgir, a exemplo de documentários e diferentes tipos de produções em audiovisual, possibilitando a expansão do acesso às discussões históricas, extrapolando os limites da produção acadêmica convencional.

Lidar com narrativas audiovisuais, sobretudo em momentos de intensos movimentos revisionistas, assegura pluralizar o debate, trazer a público vozes muitas vezes silenciadas há décadas, alargar os espaços de discussão e apresentar inúmeros olhares, versões, interpretações para uma mesma época e lugar. E assim, problematizar os próprios fatos históricos e sinalizar para os diferentes modos de ver e viver a História e para as mudanças que nós mesmos, enquanto sujeitos históricos, passamos no decorrer de nossa trajetória. Lidar com memórias, sejam elas encaradas do ponto de vista individual ou coletivo, significa estar aberto às incertezas, às transformações, à inconstância da vida e do ser humano. Significa considerar que nossas reminiscências não permanecem cristalizadas e intocadas ao longo da vida, do contrário, elas se modificam, se alteram e dialogam com o presente no qual as narramos. E são essas nuances também nossas fontes históricas mais profícuas quando nos decidimos tornar historiadores e historiadoras oralistas.

Lidar com memórias de períodos repressivos, ou que precisaram de algum modo ficar submersas por longos anos, nos exige um esforço ainda maior. É preciso estarmos atentos, conquistar a confiança dos entrevistados, deixá-los confortáveis e seguros, o que nem sempre pode ser tarefa fácil. Trabalhar com tais memórias exige de nós um olhar mais empático e um esforço por entender o falar e o calar dessas pessoas, é sem dúvida um exercício de sensibilidade. Portanto, abordar memórias subterrâneas, tocar



em temas sensíveis, remexer esse passado que provoca medo exige de nós cautela e disposição para ouvir, pois falar é sempre uma via de mão dupla, mas “quando falar é perigoso” essa via se torna ainda mais estreita.

Data de submissão: 07/04/2020

Data de aceite: 10/06/2020



Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2014. (Homo Sacer III).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Memórias da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”**: 1961-1964 (o testemunho dos participantes). Tese (Doutorado em Educação) – UFRN, Natal, 2000.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra. In: PINHEIRO; CURY (Org.) **Histórias da educação da Paraíba: rememorar e comemorar**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

DELGADO, Lucilia A. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: BRECIANI, S; NAXARA, M. (Org.). **Memória e (re)sentimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha De pé no chão**. São Paulo: Cortez, 1982.

GÓES, Moacyr (Org.). **2 Livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artprint, 2000.

GÓES, Moacyr. Entrevista concedida à professora Marta Araújo. Campanha De pé no chão também se aprende a ler. **Revista Educação em Questão**. Natal/RN, v. 36, n. 22, set./dez. 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2017.

MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral, como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2017.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo/SP, n. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michel. Memória. esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, N. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.



RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado, história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Entrevistas coletadas

ALVES, Luzimar. Entrevista concedida à autora. Parnamirim, 2017.

MEDEIROS DA SILVEIRA, Edilza. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

OLIVEIRA, Nair Almeida. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

RÓSA, Ivoneide. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

SILVEIRA, José Eduardo da. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

TOWAR, Fernandes. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

Fontes consultadas

Campanha De pé no chão também se aprende a ler. NUHMEJA. Disponível em: <<http://nuhmeja.ce.ufrn.br/site/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Entrevistas do NUHMEJA. Disponibilizadas pela Profa. Marisa Sampaio. 2017.

